

A EXPANSÃO DO AGROHIDRONEGÓCIO DE EUCALIPTO NO CAMPO SERGIPANO

Edésio Alves de Jesus¹

Resumo

O presente trabalho tem como proposta mostrar os interesses do capital na apropriação da terra e da água como pressuposto emergencial para a geração de energia renovável, a partir do monocultivo de eucalipto em áreas que, historicamente, são destinadas a produção alimentar, nos municípios de Estância e Itaporanga d'Ajuda, no estado de Sergipe. Nesses municípios o avanço do agrohidronegócio se constituiu sobre a região tradicionalmente reconhecida pelo domínio da policultura fruto do processo de resistência camponesa. Portanto, o processo de monopolização do território facilita a apropriação das melhores terras e áreas abundantes em recursos hídricos pelos grandes produtores de eucalipto, e mais, cria as condições para explorar a força de trabalho dos trabalhadores camponeses, que forneçam matéria-prima para as indústrias e se dedique a produzir na esfera do mercado. Conclui-se que a apropriação da natureza, terra e água repercute de maneira diferenciada no campo impondo a luta pela terra, em que esta é meio de trabalho e de reprodução social.

Palavras-chave: Agrohidronegócio, monocultivo, eucalipto.

Introdução

Os rebatimentos no mundo do trabalho no campo brasileiro se intensificam a partir da década de 1990, com a substituição de culturas tradicionais por áreas destinadas para o plantio monocultivo de eucalipto, com ampla modernização tecnológica de interesse do agrohidronegócio², resultando em alta produtividade.

A propagação do monocultivo de eucalipto ocorre em vários estados e municípios do Brasil, a partir dos investimentos em pesquisas e desenvolvimento do setor de florestas plantadas³ que crescem anualmente, como são divulgadas anualmente pela Indústria Brasileira Árvores (IBÁ, 2015), que priorizaram a manutenção de investimentos em pesquisas e desenvolvimento, buscando primordialmente a melhoria da genética dos plantios e das técnicas de manejo florestal, o que faz crescer a produtividade.

¹Mestre em Geografia – PPGEO/UFS sob orientação da Prof.^a Dr^a Josefa de Lisboa Santos e membro do Grupo de pesquisa Relação Sociedade Natureza e Produção do Espaço Geográfico (DGEI/PROGEO) e do Laboratório de Estudos Territoriais – LATER/UFS. E-mail: edesio0467@yahoo.com.br.

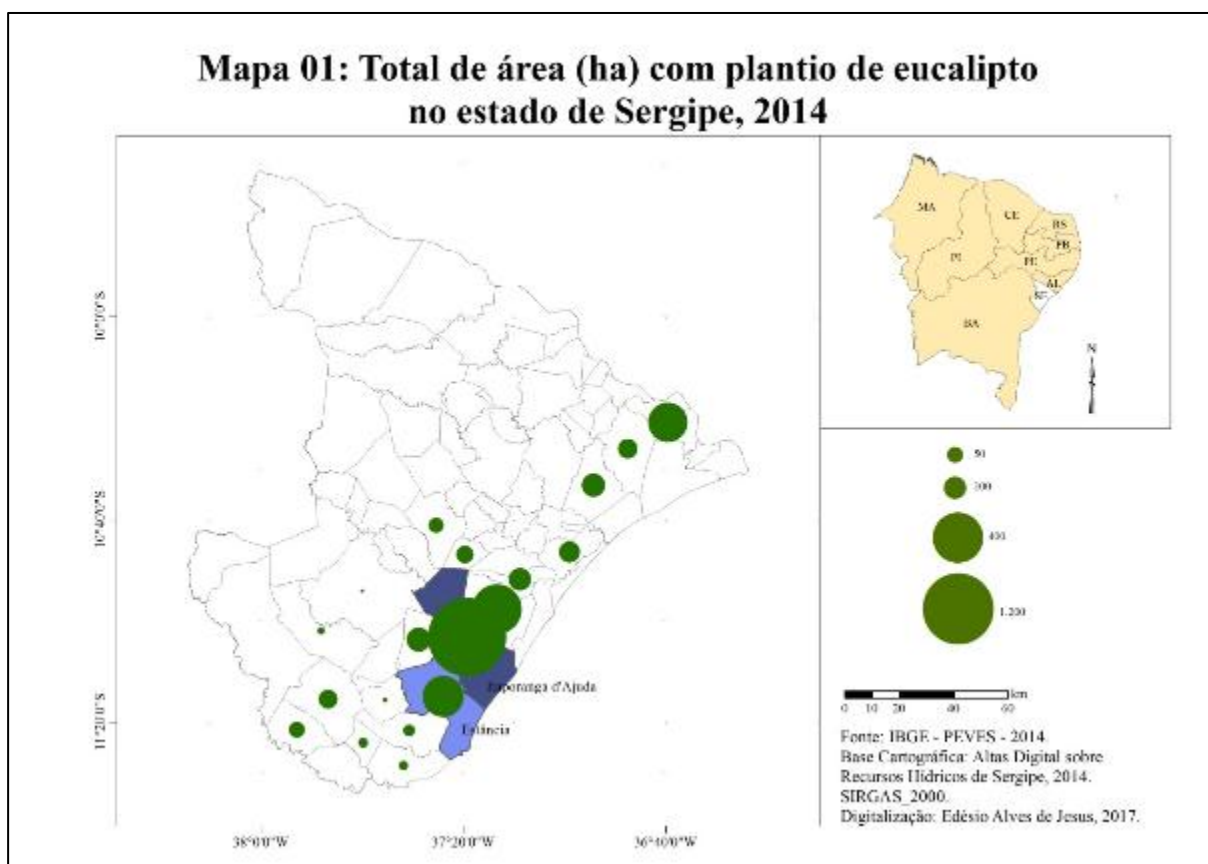
² O Agrohidronegócio é o padrão de produção com especialidades em monocultivos (soja, milho, trigo e mais recente eucalipto) sob a concentração fundiária e apropriação dos recursos da natureza (terra e água) atrelados a grandes grupos econômicos nacionais e internacionais (TOMAZ JUNIOR, 2008, 2010).

³ Conceito para camuflar os problemas socioambiental devido o avanço do monocultivo de eucalipto.

O melhor exemplo do sucesso dessa estratégia foi o impressionante desenvolvimento da produtividade do eucalipto no Brasil – 5,7% ao ano no período de 1970 a 2008 – comparativamente aos 2,6% da América Latina, 0,9% dos países desenvolvidos e 1,9% para o conjunto de países em desenvolvimento (p. 31).

No estado de Sergipe a expansão que acontece devido às condições edafoclimáticas favoráveis ao rápido crescimento e excelente produtividade de matéria-prima, o que se torna uma realidade, com aumento da área total do efetivo destinadas ao plantio de eucalipto que atinge 3.129 hectares distribuídos em 19 (dezenove) municípios, de acordo com os dados da Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura – IBGE, do ano de 2014.

Para a pesquisa já concluída, fizemos recorte espacial do município de Itaporanga d’Ajuda, que já foram destinados 1.200 ha, equivalente a 38,35% da área total existente do efetivo da silvicultura do estado de Sergipe e o município de Estância com 336 ha (10,73% da área do efetivo da silvicultura em Sergipe), conforme mapa 01.



Organização: Edésio Alves de Jesus, 2017.

Conforme o mapa 01, a expansão do monocultivo de eucalipto no estado de Sergipe, se configura principalmente na zona de clima quente e úmido com médias pluviométricas que variam entre 2.000mm na faixa litorânea adentrando ao interior, prosseguindo a média de

1.200 mm, localizando-se predominantemente sobre as áreas da Mesorregião Leste Sergipano (MACEDO, 2014). Portanto, as características físicas são fatores primordiais favoráveis para o aumento da produtividade da matéria-prima lenhosa de interesses dos grandes produtores de eucalipto.

Nesta perspectiva, a territorialização e a monopolização do território pelo capital impõe aos camponeses e trabalhadores buscar alternativas de resistência para manter o modo de vida e trabalho de caráter heterogêneo e coletivo, com a agrícola e produção agrária diversificada e mútua absorção de força de trabalho sob a perspectiva ambiental e da sustentabilidade socioeconômica.

Para tanto, a centralidade da questão agrária é pertinente ao debate das disputas territoriais, da concentração e do monopólio da terra, acesso e controle dos recursos hídricos, que se redefinem a partir das distintas formas de exploração da força de trabalho pelo agrohidronegócio (THOMAZ JUNIOR, 2010).

O agrohidronegócio convertendo terra de trabalho em terra de negócio

Compreender as transformações no campo brasileiro é analisar a complexidade expressa no espaço produzido, o que afeta diretamente as formas e processos de auto realização do homem diante do trabalho. Nesta perspectiva, a expansão do monocultivo de eucalipto implica numa série de discussões que necessitam de amplos debates sobre a concentração da terra, apropriação dos recursos hídricos, oferta de emprego, geração de renda, substituição da produção alimentícia, disputas e os conflitos territoriais, fato se intensifica no cenário mundial e brasileiro com a transição energética não renovável para as fontes renováveis.

Para tanto, o interesse pelas terras e pela força de trabalho nos municípios de Itaporanga d'Ajuda e Estância representa o suporte central para reprodução capitalista, em que 70% dos proprietários de terra produtores de eucalipto são ausentistas⁴, que segundo Diniz (1984) são as pessoas que detêm algum tipo de atividade ligado ao campo, mas moram na cidade.

Estes produtores integra o circuito capitalista de produção com o controle das terras pelo agrohidronegócio sob o monopólio fundiário e das disputas pela terra, o que amplia e

⁴Quantitativos considerados a partir dos resultados da pesquisa de campo.

acentua efetivamente o processo de expropriação dos trabalhadores que vive e tem a terra como meio de trabalho.

Paralelo à integração dos grandes produtores de eucalipto, também deu a inserção camponesa no circuito produtivo através da expansão do monocultivo de eucalipto, mas dar-se pela sujeição do trabalho e da renda da terra para os grandes produtores, fato que teremos de analisar que,

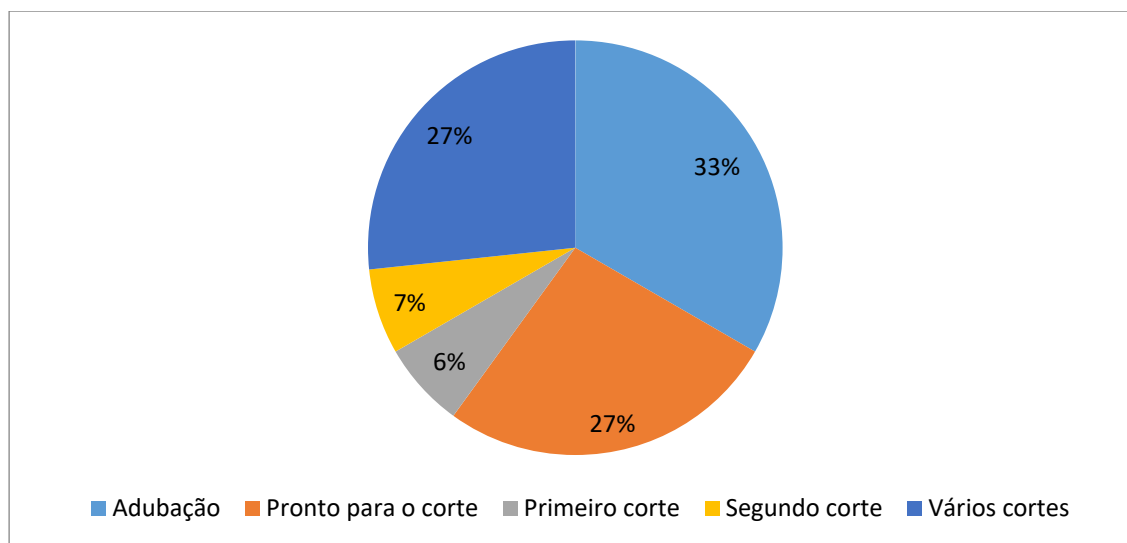
“[...] a terra sob o capitalismo tem que ser entendida como renda capitalizada. [...], pois assim ele (o capital) pode subordinar a produção de tipo camponês, pode especular com a terra, comprando-a e vendendo-a, e pode, por isso, sujeitar o trabalho que se dá na terra” (OLIVEIRA, 2007, p.11).

No estado de Sergipe, essa inserção se dá inicialmente no decorrer da década de 1990, período de redução de impostos e grandes incentivos fiscais pelo governo estadual, em que foram expandidos os distritos industriais, que também aumentaram paralelo à necessidade de matéria-prima energética para dar suporte ao aceleração do consumo de matéria-prima pelo setor industrial pela implantação do Programa Sergipe de Desenvolvimento Industrial - PSDI⁵ (MATOS e ESPERIDIÃO, 2011); (FEITOSA, 2014).

Nas pesquisas de campo constatou-se que a expansão do monocultivo de eucalipto nos municípios de Estância e Itaporanga d’Ajuda, segundo os relatos dos pequenos e grandes produtores, que há mais 20 anos já existem áreas com plantios, cujos cortes da lenha varia entre o período inicial da década de 1990, com implantação do PSDI e os incentivos industrial demandando novas fontes energéticas, o que permitiu classificar o plantio de cada estabelecimento por etapa cronológica do cultivo de eucalipto, entre o trato da terra e o corte da madeira lenhosa, conforme demonstrados no gráfico 01.

⁵O Programa Sergipe de Desenvolvimento Industrial foi implantado na década de 1990 com o objetivo de incentivar, estimular e acelerar o desenvolvimento socioeconômico e industrial estadual sergipano mediante a concessão de apoio a investimentos, que passou a investir na produção de lenha proveniente do monocultivo de eucalipto, como fonte alternativa para suprir a demanda energética.

Gráfico 01: Temporalidade do manejo do monocultivo de eucalipto, 2015.



Fonte: Pesquisa de campo nos municípios de Itaporanga d’Ajuda e Estância (SE), 2015.

O avanço dos plantios de monocultivo de eucalipto acirra as disputas entre os camponeses e os proprietários de terra materializam-se em decorrência da apropriação da água e da sua mercantilização via comercialização das mercadorias produzidas, em que há uma pressão sobre a terra.

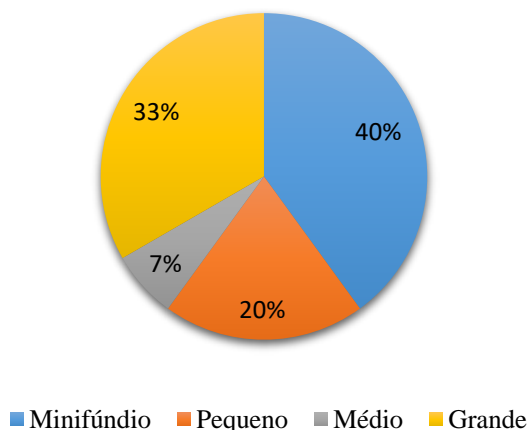
Os estabelecimentos rurais visitados destinam a terra exclusivamente para produzir lenha que gera energia para as indústrias concentradas nos municípios de Estância e Itaporanga d’Ajuda, com plantios de seis meses a três anos, em que o proprietário tinha disponível uma produção para efeito de colheita de eucalipto.

Em relação ao destino da terra 60% dos estabelecimentos é para o plantio de mudas clonais, apenas 13,3% é para a produção de lenha e de pecuária; 6,7% faz uso do tripé, lenha, pecuária e alimentos. E por fim, 20% dos estabelecimentos que destinam o uso da terra na produção de lenha e alimentos são minifúndios e pequenos estabelecimentos rurais.

Ainda na pesquisa foi possível identificar que 13% dos estabelecimentos visitados já realizam o primeiro e o segundo corte do eucalipto, e por fim, 27% das áreas com plantio de eucalipto, os cortes ultrapassam 5 (cinco), sendo cultivados há pelos menos 20 anos. A variação do tamanho do módulo rural com plantio de eucalipto representa a eficiência produtiva defendida pelos capitalistas com o intenso estímulo aos camponeses, que são

cooptados à produzir eucalipto nas pequenas e médias propriedades, como nos apresenta o gráfico 02.

Gráfico 02: Variação do tamanho dos estabelecimentos rurais com monocultivo de eucalipto.



Fonte: Edésio Alves de Jesus. Trabalho de campo, Estância e Itaporanga d’Ajuda, 2015.

A condição de extração tanto da renda da terra e da mais valia, se efetiva pela condição da terra a negar a sua função social para reprodução socioeconômica da sociedade, excluindo a condição como nos relembra Martins (1991), que a terra é meio de produção e de vida, o que revela a transformação da terra em terra de negócio.

A par da eficiência de extração da renda da terra, os proprietários produtores vendem mudas clonais de eucalipto no município de Itaporanga d’Ajuda e, induzem os assentados de reforma agrária e pequenos proprietários rurais ao cultivo de eucalipto, conforme o depoimento a seguir de um dos grandes produtores, o Sr. A. C: “Olhe, pra você sair de dentro do poço e nunca mais voltar, você só sai se você trata do eucalipto, porque esse daqui é a verdadeira plantação pra tirar o homem da dívida, é a plantação pra tirar o homem do poço. Se você não tiver condição de nunca comprar um carro, você vai ter condição de comprar o seu carro e não velho, um carro novo na agência ainda mais”.

O entusiasmo dos grandes produtores é determinante para que um número de pequenos de assentados iniciasse a plantar o monocultivo de eucalipto nos lotes, mesmo com o tamanho da terra restrito a poucos hectares. O interesse em cultivar eucalipto fez crescer o negócio de mudas clonais na região, pela demanda em atacado e varejo com retorno de lucro à curto prazo, sendo tratadas nos hortos das grandes propriedades rurais.

Figura 01: Horto de mudas clonais de eucalipto tratadas.



Fonte: Edésio Alves de Jesus. Trabalho de campo, Estância e Itaporanga d’Ajuda, 2015.

Compradas dos viveiros florestais e dos laboratórios dos estados do Espírito Santo, Minas Gerais e da Bahia, pelos grandes produtores, a sua revenda tem aumentada devido a grande demanda nas pequenas e médias propriedades, fato que fez expandir os plantios nos assentamentos rurais.

Um dos exemplos, sob o registro SE0084000, no INCRA, é o Projeto do Assentamento Dorcelina Folador localizado no município de Itaporanga d’Ajuda que foi criado em 21 de junho de 2001 com 50 (cinquenta) famílias assentadas, numa área pouco de 645 hectares, está dividido em lotes de 2 (duas) tarefas, onde foram construídas as moradias e em lotes de 35 (trinta e cinco) hectares onde desenvolve o trabalho na lavoura, sendo os principais cultivos: a laranja, amendoim, milho, macaxeira, feijão, hortaliças, extrativismo do fruto da Mangaba e a criação de animais de pequeno porte, cuja renda é resultado da venda do excedente na feira da agricultura no município de Itaporanga d’Ajuda e municípios circunvizinhos.

Entretanto, o cultivo do monocultivo de eucalipto tornou-se para os camponeses uma alternativa promissora, pelo fato de obterem lucro no ciclo final de desenvolvimento, porém

muitos cultivadores dependem de um comprador intermediário, porque não tem o destino da produção certo, conforme o assentado Sr. C. F, em outubro de 2015, no município de Itaporanga d’Ajuda “A venda da lenha ainda é incerta e o preço inseguro. Portanto, plantamos eucalipto porque é a forma de obter uma renda certa no futuro”.

Nos assentamentos rurais visitados os relatos sobre a garantia da venda e a inserção do mercado, o Sr. Z. R. ressaltou que não tinha um comprador certo, mas devido às várias indústrias da região, a venda do eucalipto não seria problema, porque sempre vão compradores visitá-lo, com o intuito de negociar a lenha dos 300 pés de eucalipto cultivado no lote individual.

Figura 02: Monocultivo de eucalipto em assentamento rural, Itaporanga d’Ajuda(SE).



Fonte: JESUS, E. A. 2015.

A fala do assentado destaca uma relação de sujeição da renda da terra pelo processo de monopolização do território pelo capital, onde o agricultor detém a terra, produz nela e depois revende diretamente ao capitalista, que é quem define o preço, fato que se intensifica no Brasil, desde a década de 1990 (OLIVEIRA, 1991).

Esse quadro situa uma perspectiva de controle do espaço de produção, tornando-o um território para o consumo capitalista. Enquanto há interesse da indústria de celulose no eucalipto, o camponês se torna útil ao sistema, ao tempo que se coloca vulnerável no que tange à produção de alimentos e a sua autonomia.

O assentado Sr. Z. R estava otimista em garantir renda com a venda de eucalipto, já que algumas empresas do estado da Bahia passaram a se interessar pelas compras dos plantios de eucalipto na região, porém o interesse das empresas diminuiu devido às áreas plantadas serem inferiores, proporcionalmente, ao interesse daquelas empresas, o que fez cancelar algumas compras. Mesmo assim, os camponeses continuaram a plantar sem garantia de comprador certo.

Um dos relatos entre o comprador e o assentado Sr. J. R deixou-o otimista, mesmo não tendo garantias da venda do produto final, fato que não tendo a garantia da venda da madeira do eucalipto, o Sr. J. R explicou o que ocorreu na primeira tentativa de negociar o cultivo, mas o preço da compra da madeira de eucalipto foi muito abaixo do esperado, o que mostrava a inviabilidade inicial de cultivar eucalipto em pouca área de terra, segundo nos relatou o senhor J. R.

Desse modo, a transferência da riqueza produzida pelos camponeses se dá mediante a sujeição da renda da terra pelo processo de monopolização do território, em que “[...] Nestes casos, o capitalista não imobiliza dinheiro na compra da terra, ele não territorializa-se” (PAULINO e ALMEIDA, 2010, p. 45).

Dessa forma, observa-se uma tendência de disputa territorial posta, entre os estabelecimentos rurais com cultivos tradicionais, pecuária e moradia, a introdução do monocultivo de eucalipto sob a lógica das contradições e antagonismos devido a produção de biomassa via do processo de monopolização do território camponês e a territorialização do capital (OLIVEIRA, 1991; 2004).

O domínio das relações de trabalho pelo agrohidronegócio do monocultivo de eucalipto

Os trabalhadores rurais são sujeitos concretos, ativos, preocupados com sua reprodução social em meio às contradições do processo de modernização do campo brasileiro, e agem em reciprocidade com as nuances imposta pelo sistema capitalista, e que no início do século XXI,

intensificam-se a precarização e precariedade da forma de organização e oferta de emprego no campo.

Thomaz Júnior (2002), afirma que este período é decorrente dos impulsos do processo de reestruturação produtiva que atinge o campo, o que cresce o contingente de trabalhadores desempregados a nível nacional.

O processo de produção capitalista impõe a classe trabalhadora, uma série de demanda para suprir as necessidades voltadas para a esfera produtiva, excluindo a necessidade de reprodução dos trabalhadores, o que Antunes (2007) defenderá como uma nova transformação do metabolismo social destrutiva à classe que vive do trabalho.

As políticas econômicas do estado de Sergipe, no início da década de 1990, com a adoção de políticas de desenvolvimento regional favoreceram o aumento do PIB estadual e as articulações das diversas cadeias produtivas, entre a produção agropecuária e o capital agroindustrial. O esforço do Estado em garantir os benefícios para o setor produtivo industrial reativou o aumento da demanda energética, consolidando o agravamento das condições de trabalho a partir da expansão do monocultivo de eucalipto no campo sergipano.

A inserção do monocultivo de eucalipto, nos municípios de Itaporanga d'Ajuda e Estância, promove a intensificação e a substituição das áreas com culturas alimentares e de produção familiar, demonstra o aumento e a geração de emprego, em detrimento do aquecimento industrial.

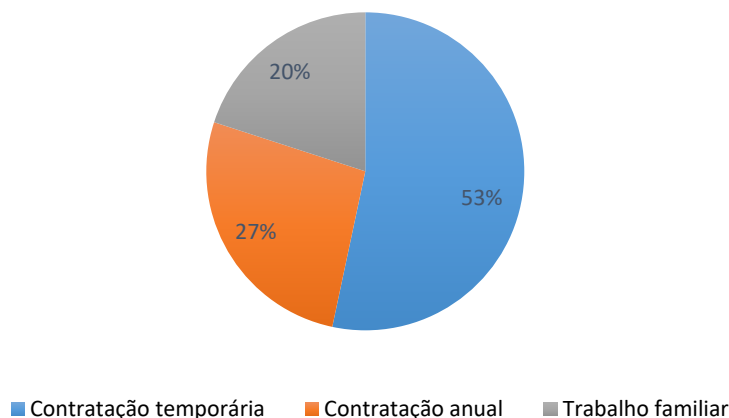
Tendo em vista o interesse em ampliar os parques fabris e torná-los competitivos no cenário regional e nacional, a implantação da indústria de celulose e papel tornou justificativa do Estado para legitimar a necessidade de expandir o monocultivo de eucalipto e os investimentos públicos para reforçar as vantagens econômicas e sociais para a Microrregião de Estância.

Porém, a eficácia da promoção do desenvolvimento econômico está travestida da eficácia do desenvolvimento social, do aumento de emprego, geração de renda e das responsabilidades ambientais pelas indústrias instaladas nos municípios de Estância e Itaporanga d'Ajuda, não demonstram os riscos que causam a substituição da policultura para as famílias que vivem e trabalham no campo.

Entretanto, no tocante à geração de empregos e a relação de trabalho, constata-se a contratação temporária de trabalho, que duram de três a quatro meses, entre o período de preparo da terra e o corte da madeira de eucalipto.

No período de manutenção dos plantios, após seis meses com tratamentos culturais, o número de contratados pode chegar a zero em algumas propriedades, retornando as contratações apenas para o período de corte, apresentado no gráfico 03.

Gráfico 03: Temporalidade dos contratos oferecidos aos trabalhadores.



Fonte: Edésio Alves de Jesus, *Trabalho de campo*, 2015.

De acordo com gráfico 03, o número de contratos temporários pode variar de 20 a 30 trabalhadores no curto período de 90 dias do plantio das mudas clonais, primeira e segunda adubação. As contratações dos trabalhadores variam de 2 a 7 trabalhadores. São os engenheiros florestais, agrônomos, técnicos agrícolas, motoristas, tratoristas e pessoas responsáveis pela manutenção dos talhões de eucalipto, no controle às pragas, fazendo a pulverização, gradeamento e aração da terra.

O maior número de trabalhadores contratados é no período de plantio, com valor pago de R\$ 40,00 diário, com carga horária exaustiva, e de forma verbal. A contratação dos trabalhadores temporários não garante nenhuma condição de melhoria salarial e de trabalho no plantio ou/e corte do monocultivo de eucalipto.

A redução dos trabalhadores no campo sergipano justifica-se pelo aumento da mecanização em todo o processo do monocultivo de eucalipto, como salientou o Engenheiro Florestal que presta serviço à propriedade do G.C.V. “Você vai ver as pessoas cortando com motosserra, que é provisório, estamos montando a máquina que é ela que vai abraçar e cortar e derrubar. Mão-de-obra tá muito difícil, então a gente tá mecanizando tudo que puder. O ser humano está muito complicado de se trabalhar”, no município de Estância no ano de 2015.

Os reflexos da modernização no campo com a redução de empregos e a substituição da força de trabalho humano pela mecanização tem sido com frequência nas propriedades com

grandes extensões de terra, em que se usam máquinas nas etapas do processo produtivo do monocultivo de eucalipto.

O uso das máquinas nas grandes propriedades impõe aos trabalhadores a subordinação do trabalho às relações de produção que se mostram extremamente precárias, em que vários trabalhadores temporários vêm se negando a aceitar trabalhos com níveis de precarização relevantes no corte de eucalipto.

A inserção tecnológica na substituição do trabalho manual, nos municípios de Estância e Itaporanga d'Ajuda é uma tendência para todas as etapas do processo produtivo desde o preparo da terra, plantio, colheita até o transporte da lenha para as fábricas da região, porém não é comum em todas as propriedades visitadas, figura 03.

Figura 03: Uso de máquinas no cultivo do monocultivo de eucalipto.



Fonte: Edésio Alves de Jesus, trabalho de campo, 2015.

A intensificação do uso da mecanização implica na baixa contratação de trabalhadores para realizar o serviço de carregamento, e quando há, a contratação dos trabalhadores é temporária, que varia de acordo com a quantidade de área plantada, cujos contratos têm duração de até noventa dias, período da segunda adubação.

A troca do trabalho vivo pelo trabalho morto acarreta a exigência da alta qualificação técnica sob a superioridade produtiva do trabalho manual realizado pelos trabalhadores, como exemplo do operador do carregador mecânico hidráulico, que recebe um salário de R\$ 2.000,00. O uso do carregador mecânico hidráulico substituirá a contratação de oito trabalhadores exigidos para o carregamento de um caminhão com 30 metros cúbicos de madeira em tora.

Dessa forma, os salários pagos variam de acordo com a demanda da lenha de eucalipto com salários de acordo com cada função que um trabalhador irá exercer. No caso dos

trabalhadores que fazem o trabalho com motosserra, o ganho é maior em relação daqueles que faz arrumação das toras de madeira para o carregamento dos caminhões pelas máquinas, conforme figura 04.

Figura 04: Trabalhadores no monocultivo de eucalipto.



Fonte: Edésio Alves de Jesus, trabalho de campo, setembro de 2015.

A execução das atividades laborais no campo expõe o trabalhador às condições adversas, em situações desconfortáveis que comprometem a sua saúde bem como a segurança. Dentre as situações adversas enfrentadas pelos trabalhadores no corte do eucalipto existem os altos ruídos, fuligens, vibração do manuseio de motosserras, exaustão por movimentos repetitivos e intensa força braçal, condições climáticas adversas com altas temperaturas no verão e baixa umidade no inverno, sem contar do uso inapropriado dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), em que apenas alguns acessórios são usados pelos trabalhadores.

No entanto, a não utilização dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) evidente entre os trabalhadores, aumenta a exposição e possibilidade de risco de acidentes durante o manuseio das máquinas, principalmente de motosserras. Os principais riscos apontados por Rodrigues (2004) são os riscos físicos, químicos, biológicos, ergonômicos e de acidentes.

A utilização dos Equipamentos de Proteção Individual como capacetes, calças, jaquetas, protetor auricular, protetor facial, perneira, coturno e luvas são recomendados para minimizar os riscos de acidentes físico, químico, biológico e ergonômico, sendo necessário o uso protetor de capacetes, protetor auricular, calça de motosserrista, jaqueta, perneira, luva e protetor facial (RODRIGUES, 2004).

Rodrigues (2004) ressalta que o manuseio de motosserra deve considerar certas precauções para evitar acidentes, que muitas das vezes ocorre pelo desconhecimento dos

trabalhadores ou falta de preparação pelas empresas que negligência o fornecimento dos EPIs, descumprido a legislação trabalhista⁶.

No entanto, entre os trabalhadores que se colocaram a disposição, um esclareceu que a rotina diária no corte de eucalipto é de extrema cautela, com trabalho com alta jornada e que a melhor hora para o corte, é antes das 8 horas, em que o vento não atrapalha, porém no decorrer o dia, eles ficam expostos aos acidentes.

Em relação aos trabalhadores do corte do eucalipto, pôde-se constatar a mobilidade cotidiana de trabalhadores residentes nos municípios circunvizinhos de Boquim e Salgado, inclusive trabalhadores dos assentamentos de reforma agrária de Estância e de Itaporanga d'Ajuda. Um dos motivos dessa mobilidade é a oportunidade de trabalho pelas baixas condições econômicas das famílias que vivem no espaço urbano.

O salário pago é um salário mínimo para os trabalhadores envolvidos no plantio e na adubação. Já no corte, o salário pago varia de acordo com a quantidade de madeira em tora cortada. Há diferença entre os donos dos motosserras que podem alcançar R\$ 150,00 diários, e os contratos firmados entre os trabalhadores e as empresas variam de R\$ 6,00 a R\$10,00 por metro cúbico (m³) de madeira cortada. Esse é um serviço terceirizado pelas empresas responsáveis pelos contratos dos trabalhadores, que recebem em média, R\$ 28,00 por metro cúbico de madeira cortada.

Os baixos salários pagos, o aumento dos esforços físicos e da inserção da colheita mecanizada em substituição da força de trabalho humano força os trabalhadores a cumprirem uma determinada meta com corte de eucalipto ao dia, sem considerar as perdas de horas extras trabalhadas, uma vez que os trabalhadores só recebem pela quantidade de metros cúbicos por hectare de árvores derrubadas combinado com a empresa que terceiriza e contrata os trabalhadores, que adotam posturas repetitivas crescendo o risco de doenças e acidentes.

Considerações finais

A compreensão do processo da reestruturação produtiva no campo revela a materialidade das transformações e perdas de direitos trabalhistas na expansão do agrohidronegócio do eucalipto, nos municípios de Estância e Itaporanga d'Ajuda, em consonância com a Divisão Internacional do Trabalho nas últimas décadas, no Brasil, pelo

fato de que se exige mais do trabalhador com longa jornada de horas de trabalho precário, com baixos salários e por meio de contratos temporários.

Portanto nota-se que o trabalho no monocultivo do eucalipto aparece como uma atividade que dá esperança pela garantia de renda certa. Porém, prevalece a escassez de emprego e o aumento da mecanização do processo produtivo do monocultivo de eucalipto, nos municípios de Estância e Itaporanga d'Ajuda. O que coloca a ideia de empregabilidade como uma falácia do setor florestal, quanto ao discurso de geração de renda e emprego para as famílias que vivem próximas aos estabelecimentos rurais.

Como produto das contradições dessa reestruturação produtiva no campo, com repercussões no mundo do trabalho, conforme discutimos a precarização, a substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto, além de todos os entraves para a vida do camponês, os conflitos por terras acabam por se constituírem para do cotidiano do trabalhador rural.

Referências bibliográficas

ANTUNES, Ricardo. **Dimensões da precarização estrutural do trabalho**. In: DRUCK, G.; FRANCO, T. (Orgs.). **A perda da razão social do trabalho**. Terceirização e precarização. São Paulo: Boitempo, 2007.

FEITOSA, Cid Olival. **A distribuição espacial das atividades econômicas de Sergipe**. In. Cadernos de Ciências Sociais Aplicadas, Vitória da Conquista, nº 17. p. 187-206, 2014. Disponível em: <<http://periodicos.uesb.br/index.php/cadernosdeciencias/article/viewFile/4924/4719>>. Acesso em: 20 jan. 2016.

INDÚSTRIA BRASILEIRA DE ÁRVORES, IBÁ. **Indicadores de desempenho do setor nacional de árvores plantadas referentes ao ano de 2014**. Ano 2015. Elaboração Pöyry Gestão e Negócios Ltda. Brasília. Disponível em: <http://www.iba.org/images/shared/iba_2015.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura**. Ano 2014. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?c=5930&z=t&o=29>>. Acesso em: 10 jan. 2016.

LANDAU, Elena Charlotte. et al. **Varição geográfica do tamanho dos módulos fiscais no Brasil**. Documentos 146, Embrapa Milho e Sorgo. Sete Lagoas, 2012. 199 p. Disponível em: <<http://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/77505/1/doc-146.pdf>>. Acesso em: 07 mai. 2015.

MACEDO, Heleno dos Santos. **Ordenamento territorial - ambiental na Bacia Costeira Cauceira/Abais**. 2014. 216 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia-UFS, São Cristóvão, 2014.

- MATOS, Elmer Nascimento; ESPERIDIÃO, Fernanda. **Desconcentração produtiva regional e fluxos migratórios: o caso de Sergipe**. Informe Gepec, Toledo, v. 15, número especial, p. 525-545, 2011. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/gepec/article/download/6299/4808>>. Acesso em: 20 dez. 2015.
- MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar do processo político**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1983.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 1991. (Coleção Caminhos da geografia).
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Geografia agrária: perspectivas no início do século XXI. In. **O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social**: OLIVEIRA, A. U e MARQUES, M. I. M (Orgs.). São Paulo: Editora Casa Amarela e Editora Paz e Terra, 2004, p. 29-70.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007. 184 p. Disponível em: <http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Valeria/Pdf/Livro_ari.pdf> . Acesso em: 28 abr. 2014.
- PAULINO, Eliane Tomiasi; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida. **Terra e território: a questão camponesa no capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- THOMAZ JÚNIOR, Antonio. **Por uma geografia do trabalho**. Revista Pegada, Presidente Prudente (SP), v. 3, Número Especial, p. 4-26, ago. 2002.
- THOMAZ JUNIOR, Antonio. **O agrohidronegócio no centro das disputas territoriais e de classe no Brasil do Século XXI**. Campo Território, V. 5, N° 10, Uberlândia, 2010. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/12042>>. Acesso em: 16 jul. 2015.